



Diligências desenvolvidas em Portugal em torno do caso de Lau Fat-wai:

- Foram enviadas cartas a:
 - José Manuel Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia, a 26 de abril de 2009.
 - Luís Amado, Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, a 4 de janeiro de 2010.
 - Cavaco Silva, Presidente da República, e José Sócrates, Primeiro-ministro, a 3 de novembro de 2010, aquando da visita de Presidente chinês, Hu Jintao, a Portugal.
 - Paulo Portas, Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, a 19 de janeiro de 2012.
 - Presidente da Assembleia da República e Líderes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, a 27 de janeiro de 2012.

- A Amnistia Internacional Portugal assinala as ações desenvolvidas por:
 - Luís Amado, então Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, que terá contactado as autoridades chinesas aquando da sua visita à China em abril de 2010.
 - Assunção Esteves, Presidente da Assembleia da República, que fez declarações públicas sobre o caso, pedindo clemência, e ter-se-á encontrado com o Embaixador da China em Lisboa, Zhang Beisan, em fevereiro de 2012.
 - Alberto Martins, Presidente da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, que terá feito o pedido de clemência a Zhang Beisan também em fevereiro de 2012.
 - João Ribeiro, Secretário do PS para os Assuntos Internacionais que terá também feito o pedido de clemência a Zhang Beisan em fevereiro de 2012.



- José Ribeiro e Castro, então deputado, referiu o caso de Lau Fat-wai aquando da visita de uma delegação da Comissão Permanente da Assembleia Nacional Popular da China à Assembleia da República, a 29 de abril de 2011.

- A 8 fevereiro de 2012, e na sequência de um pedido de audiência enviado ao Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros Paulo Portas, a Amnistia Internacional foi recebida por elementos do seu gabinete, que informaram das diligências desenvolvidas pelo Ministério ao longo de tempo, desde que Luís Amado era Ministro, e que constaram de: contactos com a Embaixada da China em Portugal e com autoridades chinesas através da Embaixada portuguesa em Pequim, nomeadamente com o Supremo Tribunal Popular.